



Parecer nº 68/2023.

**EMENTA: REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO
– SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL –
PROGRESSÃO DE NÍVEL – TEMPO DE
SERVIÇO – PRESENÇA DE AMPARO LEGAL –
DEFERIMENTO DO PEDIDO.**

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de parecer referente ao requerimento da servidora **MARIA VANIA CABRAL DE VASCONCELOS**, CPF n. 804.859.794-20, ocupante do cargo de Professor MAG - A2, com data de admissão 15/07/1998, Matrícula N° 0007293, pleiteia mudança do nível **NÍVEL V** para o **NÍVEL VI**, por ter alcançado mais de 25 anos de serviço público.

Junta contracheques e ficha funcional desta edilidade que confirma seu tempo de serviço desde 15/07/1998.

Eis a breve síntese do essencial, que passa a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

Segundo análise do pleito, especificamente o que contêm os artigos 54; 55 e 56 da Lei Municipal nº 314/2010, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério, essa progressão de nível e respectiva revisão salarial será possível pelo tempo de serviço do servidor, e ainda, pelo novo reajuste disposto na Lei Nº 643/2023, que dispõe:





“Art. 56. Os vencimentos dos ocupantes dos cargos que integram o Magistério Público Municipal seguem o disposto nos ANEXOS I, II e III, com variação de 10% de uma classe para a outra, considerando a anterior, e de 5% de um nível para outro, considerando o anterior”.

SUBCLASSE - ESPECIALIZAÇÃO		
NÍVEL I	RS 4.070,98	0 A 5 ANOS
NÍVEL II	RS 4.274,53	05 A 10 ANOS
NÍVEL III	RS 4.488,27	10 A 15 ANOS
NÍVEL IV	RS 4.712,68	15 A 20 ANOS
NÍVEL V	RS 4.948,32	20 A 25 ANOS
NÍVEL VI	RS 5.195,73	25 ACIMA

Como verificado de forma clara e objetiva, a Requerente possui mais de 20 anos de serviço público, conseqüentemente, **FAZ JUS AO QUE REQUER EM SEU PLEITO**, razão pela qual deve ser deferida a mudança de NÍVEL IV para o NÍVEL V.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **OPINA** esta Assessoria Jurídica pelo **DEFERIMENTO DO PEDIDO**, sendo acolhido o pedido para progressão do “NÍVEL V” para o nível de Professora “NÍVEL VI”, com novo vencimento no valor de **R\$ 5.195,73** e ainda, o pagamento da verba retroativa dos meses de junho e julho que faz jus pelo tempo de serviço alcançado, eis que obedece aos ditames legais.

É o Parecer, SMJ.
À consideração superior.
Ingá/PB, 09 de agosto de 2023.

DEFIRO DE ACORDO COM A LEI

Robério Lopes Burity

Felipe Gonçalves Garcia de Araújo
Assessor Jurídico – OAB/PB 16.869

